

Desaceleração do crescimento, políticas públicas e corte de gastos sociais: arrocho para os trabalhadores e benefícios para o capital?

LUIZ GIANI*

Resumo: Algumas variantes da economia política defendem a priorização das políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores, desempregados e na miséria. O período em que transcorre o debate é muito expressivo, entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, na conjuntura da desaceleração da economia. A crítica econômica defensora da valorização da vida dos trabalhadores encontra respaldo na constatação empírica de que é possível preservar e ampliar as políticas e programas sociais, contra os interesses no crescimento econômico que beneficia o capital e coage a sociedade a submeter-se a corte de gastos sociais, arrochos salariais, desemprego e miséria. Os benefícios ao capital – desonerações fiscais; não tributação do capital rentista e patrimonial; juros da dívida pública, etc.–são as sangrias que desviam as riquezas para ampliar o capital predador e impedem sua canalização para as políticas e programas sociais. Poderosas organizações e minorias sociais servem-se da queda do crescimento para ampliar suas fortunas. Na seleção das fontes deste estudo, as variantes do pensamento são constituídas, fundamentalmente, pela crítica da economia política à economia vulgar, de “monstros” (não homens), mundo das coisas, mercadorias, dinheiro. Entre as variantes mais radicais, está a defesa da ampliação dos gastos sociais, eliminação do superávit primário destinado a pagar juros e a destinação do déficit primário para fins sociais.

Palavras-chave: Crítica da economia; Capital predador; Especulação financeira; Endividamento público; Pobreza estrutural.

Growth slowing down, public policies and expenditure cut back: squeeze for workers and release for the capital?

Abstract: Some variables of the economic policy stand up for the prioritizing of the public policies focused on serving basic needs from the workers and on the extreme poorness. The period when this discussion takes place is very expressive, between the ‘June journeys’ 2013-2014, in a situation of economic slowing down. The economic criticism defending the life promotion of workers finds a support in the empirical observation that it is possible to preserve and broaden social policies and agendas against the greed of the economical growth that benefits capital and compels society to undergo expenditures cutback, wages squeeze, unemployment and extreme poverty. The benefits to the capital – fiscal releases; tax exemption for savings and real estate assets; interests of the government debts, etc. – are the breach that hinders wealth in order to enlarge the predatory capital and prevents its use for the social policies and programs. Powerful organizations and social minorities use the drop in the growth in order to increase their fortunes. In the selection of sources for this study, the variables of thought are made up primarily by the criticism of economy policies to the common economy, from ‘monsters’ (not men), object world, assets, and money. Among the most radical variables there is the broadening of the defense for the increasing of social expenditures, the elimination of the primary superavit directed to interests payment and the destination of the primary deficit to social purposes.

Key words: Economy criticism; Predatory capital; Financial speculation; Public indebtment; Structural poverty.



* LUIZ ANTÔNIO AFONSO GIANI é Mestre em Sociologia (Unicamp), Doutor em história (Unesp) e Pianista (UFRJ), é professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais (UEM).

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Karl Marx (*Manuscritos econômico-filosóficos*, terceiro manuscrito)



MANDRADE. Folha de São Paulo, 16.01.20114

Neste ensaio, damos continuidade a questões que, no [ensaio anterior](#), foram extraídas de algumas variantes do pensamento econômico, conforme opiniões e análises de Delfim Netto, Bresser-Pereira, Singer, Belluzzo, Freire e Miterhof, veiculadas pela *Folha de São Paulo*. O período em que flui o debate é, socialmente, muito expressivo, por situar-se entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, na conjuntura em que a retração do setor industrial puxa para baixo a taxa de crescimento econômico; o grande capital financeiro, como abutres, nutre-se de elevadas taxas de juros (selic a 11%); grandes empresas do setor produtivo recebem benefícios de desoneração fiscal e ofertas paternais de crédito do BNDES, enquanto parte significativa de pequenas e médias empresas não conseguem sobreviver à barbárie competitiva. Tais processos, centro de atenção da economia política, costumam ser analisados através de indicadores, exclusivamente, econômicos. Sob o capitalismo tardio, continuam aprisionando a humanidade.

Trata-se da dominação da matéria morta sobre o homem, a vida.

A economia burguesa é o ponto central da crítica de Marx, que a chamou de ciência de “monstros”. A metodologia que vem norteando esta série de ensaios inspira-se nos fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade que, em sua origem, recorreu à crítica marxista da economia política. Marcuse, em *Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico: interpretação dos recém-publicados Manuscritos Econômico-filosóficos de Marx*, examina esses “Manuscritos de 1844” e decifra as bases filosóficas da crítica à ciência de “monstros”, coisas inumanas, dinheiro, mercadoria, que reduzem a energia do trabalhador a uma mercadoria:

Objeto de análise, a Economia Política o é como justificação ou ocultamento de uma “alienação” e “desvalorização” totais da realidade humana, como ocorre na sociedade capitalista - como uma ciência que toma como seu objeto o homem como “não-ser”, o homem cuja existência é totalmente determinada

pela "separação entre capital, trabalho e terra", pela divisão inumana do trabalho, pela concorrência, pela propriedade privada, etc. Essa Economia Política é a sanção científica da distorção do universo histórico-social do homem em um universo do dinheiro e da mercadoria estranho e hostil ao homem, no qual a maioria da humanidade existe apenas como trabalhador "abstrato" (isolado da realidade da existência humana), apartado do objeto de seu trabalho, forçado a vender a si mesmo como mercadoria.

(...)

Exatamente porque a Economia Política burguesa não tem em mente a essência do homem e sua história, não sendo, portanto, no sentido rigoroso da expressão uma "ciência do homem" e sim uma **ciência de "monstros"**¹ (*o grifo é nosso*) de um universo inumano de coisas e mercadorias - exatamente por isso é preciso que ela seja reformulada inteiramente pela crítica; de fato, ela não se apercebe em momento algum de seu verdadeiro objeto, o homem. (MARCUSE, 1972, p. 12)

A "desvalorização" e "desrealização" humana resulta do estranhamento entre o homem e seu próprio trabalho e produto, sua submissão ao domínio da mercadoria:

A partir desta "alienação" do trabalhador e do trabalho, a realização de todas as "fôrças essenciais" do homem se transforma em total "desrealização". O mundo objetivo não mais é "verdadeira propriedade humana", apreendida em "atividade livre", e campo da ação e afirmação livres de toda a natureza humana, e sim um mundo de coisas apropriadas, (...), a cujas

leis aparentemente inalteráveis o próprio homem está submetido; em poucas palavras: um "domínio universal da matéria morta sobre os homens". (MARCUSE, 1972, p. 12-13)

Sobre o trabalhador subjugado pelo não trabalhador, diz Marcuse: "se ele se relaciona com sua própria atividade como atividade não-livre, então ele se relaciona com essa atividade a serviço, sob o domínio, a coerção e o jugo de um outro homem" (MARCUSE, 1972, p. 45). O pensamento de Marx, que inspirou as reflexões de Marcuse, encontra-se, principalmente, na seção "Trabalho alienado", do primeiro manuscrito, como nesta passagem, sobre o jugo do homem pelo homem:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.

(...) Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jogo de outro homem.

¹*Unmensch*: etimologicamente, não-homem ou seja, ciência de não-homens (nota do tradutor).

(...) Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste. (MARX, 2004, p. 86)

A economia política parte do trabalho como alma real da produção, no entanto, nada concede ao trabalho e tudo concede à propriedade privada. Assim é o regime de assalariamento. Salário e propriedade privada são idênticos. O objetivo do salário não é o trabalhador, uma vez que o trabalho, estranho ao próprio trabalhador, é escravo do salário: “(...) o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como fim em si, mas como o servidor do salário”, diz Marx, nas páginas finais da seção “Trabalho alienado”, do *Terceiro Manuscrito* (MARX, 2004, p. 88).

Sobre o crescimento da miséria, na sociedade em que aumenta a riqueza, tal questão é abordada nas primeiras páginas dos *Manuscritos*, com ênfase nas contribuições de Adam Smith.

No contexto geral da cobertura midiática da produção e do mercado, a linguagem do pensamento econômico hegemônico expressa e instrumentaliza a economia vulgar, ocultando a condição cada vez mais subordinada da vida humana à lógica da mercadoria. Coloca-se em primeiro plano a produção da riqueza, o crescimento econômico, crescimento do PIB, representado por indicadores de

maior interesse do grande capital: superávit externo; relação entre a dívida pública bruta e o PIB (tamanho da economia); taxa média de inflação nos últimos anos; variação do crédito para o setor privado como proporção do PIB; razão entre dívida externa do país e valor de um ano de exportações; tamanho das reservas internacionais em relação ao PIB. Tais indicadores são os mesmos que constam do Relatório de Política Monetária do FED (Banco Central dos Estados Unidos), publicado em 11 de fevereiro de 2014. Com base nesses indicadores, foi conferido atestado de “fragilidade” à economia brasileira. Sob a ótica da economia vulgar, as necessidades e condições dos trabalhadores não entram em pauta, não importam – as necessidades humanas não são o objetivo da produção de mercadorias –, e só importam os indicadores da força de trabalho preparada, em níveis de produtividade, para fazer girar a roda da economia, valorizar o capital, fortalecer o regime de propriedade privada.

A crítica da economia política coloca em primeiro plano o trabalhador, em sua luta contra todas as formas de opressão, pela emancipação humana em todas as suas dimensões, a luta pela essência humana omnilateral, contra a unidimensionalidade imposta pela lógica da mercadoria.

Em defesa do ócio, contra a opressão

Na impossibilidade de uma ruptura decisiva da ordem dominante, a estrutura social favorece o poder das forças dominantes que operam para a estabilização da sociedade, de modo que a autonomia e o dissenso, fundamentos da mudança social, sejam reprimidos e substituídos pela heteronomia e o consenso, sob o conformismo e a

servidão voluntária das grandes massas. No entanto, a capacidade do sistema de desmobilizar a rebeldia e absorver a oposição não impede que esta reapareça, ressurgindo de suas próprias cinzas, entre períodos mais ou menos longos de inércia social. A oposição, latente ou manifesta, existe em função da dominação, portanto, trata-se de uma relação necessária, isto é, dialética e impossível de ser extirpada, enquanto houver antagonismos sociais. Lutas sociais e políticas importantes, nos quatro cantos do planeta, mudaram e continuam mudando a face da política, com avanços e recuos, enquanto não se efetiva a mudança qualitativa, radical, em direção à superação do capitalismo, à *negação da negação*.

Na ausência da negação radical organizada e da mudança qualitativa, o regime de propriedade enfrenta os riscos da sublevação dos desesperançados da fome e da miséria e dos grandes protestos, como os das recentes “jornadas de junho”. Como tem reagido a sociedade dominante? Ela torna-se, cada vez mais, uma sociedade sem deveres e transfere responsabilidades para os ombros do indivíduo. Assim, tenta livrar-se do comprometimento com os problemas que ela mesma cria. O aparato ideológico consagra a individualização, como forma de esvaziamento da responsabilidade da estrutura social sobre as precárias condições de vida dos indivíduos geradas por essa mesma estrutura social. Assim, o desemprego é reduzido a uma questão individual.

A ideologia da produtividade, do trabalho que “dignifica o homem”, não tolera o não trabalho e não reconhece que o ócio dos pobres, a que chama de “preguiça” e “vagabundagem”, é ampliado pelo capitalismo tardio que expulsa a força de trabalho, à medida que

a tecnologia e o trabalho qualificado impulsionam a produtividade e a acumulação do capital. Seja por expulsão do trabalho, seja por fuga, à semelhança do escravo “fujão”, o trabalhador “livre” afasta-se da labuta insuportável, dos grilhões do *tripalium* (instrumento de tortura, origem da palavra trabalho) e procura sua sobrevivência em modos de existência, menos cruéis, às expensas do assistencialismo, entre outros. O senso comum não percebe que a crescente expulsão do trabalho impossibilita o pleno emprego, quando a estrutura produtiva não cessa de liberar força de trabalho, sangue vivo, substituindo-a por tecnologia, sangue morto, com a ampliação da composição orgânica do capital e a produção progressiva de população descartável.

Não trabalhar! Privilégio de quem vive do capital. A indústria cultural, instância da perda da autonomia e paralisia da mente, induz as massas à cobiça dos privilégios propiciados pelas grandes fortunas, fomenta seus desejos de viver como as classes sociais privilegiadas e canaliza grande parte de seus anseios para o jogo da sorte, como a loteria, cujo prêmio é a conquista da riqueza, vida sem labuta, vida sem trabalho.

Em uma mesma página do jornal, no mês em que se comemora o *Dia do Trabalho*, estão inseridas matérias que se contradizem: uma, em defesa do crescimento e produtividade, e outra, em defesa do ócio. Começamos pela defesa do ócio. Um pouco de “sociologia do ócio” é um bom começo para a retomada do quadro de opiniões e análises veiculadas na imprensa, entre as jornadas de junho de 2013-2014. Com a palavra, Domenico de Masi, na entrevista concedida a Ricardo Mioto. “Viva o ócio brasileiro” é uma ode ao ócio, crítica à cultura do trabalho, da eficiência produtiva. O sociólogo elogia a

resistência da cultura brasileira ao “produtivismo”:

... o país, felizmente, tem um pé atrás com a idealização da eficiência e da produtividade. O "produtivismo" seria causado pela influência dos americanos e dos economistas. "Os americanos espalharam pelo mundo a cultura do 'manager'. A Itália se americanizou, por exemplo. Até na cultura. Hoje, lá, só há rock e cinema americano. Vocês têm Bossa Nova, têm novela", afirma o sociólogo (...). "Mas economistas são incapazes de entender que a eficiência produtiva não é o que mais importa". (DE MASI, *apud* MIOTO, 21.05.2014)

De Masi nos faz lembrar as teses de Marcuse em *Eros e civilização* e *Ideologia da sociedade industrial*: o progresso é mais destrutivo que humanizador; a tecnologia está a serviço da opressão e destruição; melhor seria se fosse possível cessar a mais-repressão, isto é, a parte desnecessária do desempenho do trabalhador e do progresso, parte destinada a manter a dominação; da mesma forma, a saturação de liberdades e prazeres tem a função de sedimentar o conformismo e a servidão voluntária. A teoria de *Eros* contra a labuta foi elaborada por Marcuse, durante a Segunda Guerra Mundial e o subsequente grande salto, de prosperidade econômica, dos Estados Unidos, onde vivia. Inicialmente, otimista, propôs a “grande recusa”, mas não deu continuidade ao otimismo e percebeu, nos anos 1940-1960, que seria inócuo falar de interrupção do progresso, de libertação humana, para parcelas cada vez maiores da população que se sentem livres e para as quais a sociedade tecnológica avançada, afluente, promete e cumpre boa parte das promessas de felicidade, como argumentado por ele, na palestra *Liberation from the affluent society* (MARCUSE, 1968).

Passados 50 anos das teses marcuseanas, o pensamento do sociólogo italiano aparece na imprensa brasileira, repetindo a ênfase nas máquinas a serviço do ideal de libertação. De Masi e Marcuse priorizam a liberdade e o prazer, contra a repressão, o freudiano “princípio de realidade”. Marcuse combate a “repressão desnecessária”, o “desempenho desnecessário”, a crescente e desnecessária produtividade que, simultaneamente, propicia abundância e miséria, felicidade e ausência de felicidade, prazer e ausência de prazer. Entre as possíveis lutas emancipatórias, ele enfatiza a diminuição da jornada de trabalho; os movimentos da juventude, dos negros, dos guetos e de libertação nacional; e a libertação da mente através da arte. De Masi aponta, diz Mioto, para o fato de que pensar é mais importante do que trabalhar:

Como aponta o sociólogo italiano no seu mais novo livro, "O Futuro Chegou" (Casa da Palavra), tal resistência brasileira se deveria à influência indígena, que ele elogia profundamente. "Os índios não trabalhavam. Não era necessário. Tudo estava na natureza. Não precisavam nem se vestir, porque o clima era bom. O brasileiro herdou do índio esse senso de ócio."

Tal elogio ao "ócio criativo" é feito há muitos anos por Domenico. Para ele, pensar é muito mais importante do que trabalhar - no limite, o ideal seria que tudo que não envolva criatividade e pensamento fosse feito por máquinas, libertando o homem. (DE MASI, *apud* MIOTO, 21.05.2014)

A cultura brasileira ampara a velha questão que antagoniza “produtividade” e “ócio”. A antiga história do índio “preguiçoso”, o negro “vagabundo”, o brasileiro que “não gosta de trabalhar”, são estigmas decorrentes do elitismo

escravagista, tempos de chibata. Na economia de mercado, a penosa labuta do trabalhador “livre” e seu tempo liberado do trabalho (seu tempo de lazer não é livre) contrasta com a função de mando e ócio de quem não trabalha com as mãos, pois este vive de lucro e renda extraídos de quem produz. O parasitismo das gangues financeiras, bem como o tempo dedicado ao ócio por segmentos que não trabalham com as mãos e vivem de renda – entre empresários, executivos e rentistas – não são, geralmente, objetos da crítica e repúdio do senso comum. Fazem parte da concepção da desigualdade social como algo natural: “uns pensam e administram, outros executam”; “não podem todos ser patrões, como não podem todos ser trabalhadores”, etc. É confuso e ambíguo o julgamento do ócio pelo senso comum. A crença na dignificação pelo trabalho (subjugado) atravessa todas as classes sociais, incluindo o trabalhador resignado, o puritano, o avaro e o obstinado por trabalho para acumular dinheiro e riqueza ou para fazer jus ao “chamado de Deus”. Tal crença imagina que a riqueza venha do suor próprio, não percebe sua origem na apropriação do trabalho do homem por outro homem, não trabalhador, proprietário do capital. Não percebe que o trabalho não pertence a quem trabalha, como o produto não pertence a quem o produz. Defende o regime de assalariamento como acordo “justo” entre sujeitos “livres” e legitima a riqueza herdada por nascimento. Sustenta uma ética contraditória, entre a aceitação e a condenação dos que vivem da riqueza sem trabalhar, sem suor próprio. Condena o ócio de quem vive da riqueza que não produziu, quando se trata da “boa vida” daquele a quem chama de “filhinho de papai”, “playboy”, “riquinho” ou “burguesinho”. Acredita que alguém tenha “suado a camisa”, no passado –

pais, avós e distantes ancestrais – para construir o patrimônio da família, como se o passado não fosse o da exploração do trabalho de *outros*, subjugados pela escravidão, colonato ou assalariamento. Não percebe que capital é trabalho acumulado e extraído dos *outros*, o trabalho não pago que excede o valor da força de trabalho paga pelo salário. Não percebe que o ócio e privilégios dos segmentos sociais dominantes são sustentados às custas do trabalho alheio, expropriado; que da riqueza e ócio (de alguns) é excluído o enorme contingente de trabalhadores que os produzem. Enquanto isso, o ócio dos pobres é o ócio da fome, conforme o dito popular, “quem não trabalha, não come”. É o ócio que, na sociedade da abundância e do não trabalho, depende do assistencialismo para se defender da fome.

Se a riqueza e o crescimento econômico são auto-referenciais, veem-se apenas a si mesmos, a sua política econômica determina corte de gastos sociais para os *outros*, os trabalhadores. Determina que as políticas e programas sociais promovam a poupança pública, enquanto que a riqueza gerada não é pública. A desaceleração dos benefícios públicos às classes sociais mais vulneráveis está associada à aceleração dos investimentos para aumentar a riqueza que não é pública, da qual não participam os miseráveis. Gastar menos do que arrecada significa criar superávit primário, a sanguessuga que faz ampliar o capital financeiro dos credores da dívida pública. No mais, a economia política exige que o Estado promova a manutenção de índices elevados de produtividade e lucratividade, para atrair os investimentos e fomentar o otimismo dos interesses movidos pela competição e o lucro. Daí decorrem os privilégios extensivos à vida particular de ostentação da minoria social dominante, especialmente, o “1% mais rico” que, de

um modo geral, não paga impostos sobre o capital rentista e patrimonial ou os paga, irrisoriamente, tornando a desigualdade social uma ameaça à democracia, como denunciado por algumas vertentes da crítica da economia política.

Na mesma página do jornal, a matéria em defesa do ócio divide o espaço com o tema da produtividade, no artigo “*O ambiente não está bom*” (FREIRE, 21.05.2014). O autor narra depoimentos de empresários sobre a produtividade, sem que o leitor tenha suficientes indícios para concluir que o autor está mais ironizando que relatando. Ele repete, insistentemente (quatro vezes, em uma lauda), o jargão, entre aspas, “o ambiente não está bom”, enfatizando o pessimismo dos empresários sobre a baixa produtividade. Além de relatar o desânimo dos empresários, ele registra também momentos de otimismo e esperança. Os empresários falam mais sobre o “clima” ruim do que de “crise”, falam sobre o dinheiro farto e barato do BNDS, o mercado “grande e crescente” e, devido a este, dizem que o país “tem tudo para melhorar”, o que não é raro de se ouvir entre os empresários (FREIRE, 21.05.2014, p. B4). As classes trabalhadoras não cabem nesses depoimentos. Pelas opiniões relatadas na crônica, percebe-se que o país tem tudo para melhorar, exceto, para os desesperançados, que não estão incluídos nas falas dos depoentes cujos interesses priorizam o crescimento da economia e seu próprio sucesso empresarial.

Seja na recessão, seja na prosperidade econômica, a produção de mercadorias e a especulação financeira são aparatos produtores, de um lado, de privilégios, opulência e éden, e, de outro, carências, desesperança e desespero, tanto para os trabalhadores, os pobres e

indigentes/miseráveis, quanto para as empresas que, sucumbindo à competição, entram na “banca rota”, levando desespero e ruína a todos, proprietários, trabalhadores e suas famílias.

Gastos sociais: enfrentando os cortes, a desaceleração da economia e a ambição lucrativa

A ampliação dos direitos sociais e econômicos, no atendimento aos trabalhadores em situação de pobreza e miséria, pode ser efetivada, de modo limitado, sem que, para tanto, seja mantido o crescimento do PIB nos níveis idealizados pela economia de “monstros”. No entanto, onde está o ponto de ruptura, na desaceleração do crescimento, que impedirá a continuidade da equação entre os poderosos interesses da natureza morta – o capital – e os interesses de preservação da vida dos trabalhadores, uma vez que as necessidades e interesses de ambos são interdependentes, mas, antagônicos? Para a preservação e ampliação dos gastos sociais, de onde extrair mais receitas? A estrutura produtiva joga contra a emancipação humana, reprime as potencialidades e capacidades humanas, com exceção daquelas que, a seu serviço, são restritas a uma parcela de trabalhadores qualificados e selecionados, em contraste com a grande massa da força de trabalho desqualificada, descartável.

Há vertentes da crítica da economia política que questionam os indicadores centrados no crescimento, nos benefícios aos investimentos privados, na movimentação de capitais e no superávit primário para pagar juros. Como não estourar os limites das políticas sociais, quando estas são sustentadas pela transferência de renda entre os próprios

trabalhadores, quando o peso da transferência recai sobre o conjunto dos trabalhadores/consumidores comprimidos pela escala social entre a pobreza e as amplas classes médias proletarizadas? Têm sido, realmente, os segmentos de trabalhadores os que mais financiam os programas sociais, através da tributação sobre seus salários e produtos consumidos em massa?

De um lado, economistas priorizam o crescimento, com cortes de gastos sociais, de programas de preservação e valorização dos salários, a qualquer custo, e, de outro, há aqueles que investigam as possibilidades de priorização dos trabalhadores, sem descuidar do ponto de ruptura em que a desaceleração do crescimento pode comprometer as políticas e programas sociais, de modo que o atendimento à vida seja assegurado, no período penoso de ajustes para a retomada do ritmo possível de crescimento. As propostas dos candidatos à presidência da república postularam a necessidade de preservar as conquistas sociais, a redução da desigualdade, mas não tocaram nas formas cruciais de transferência de renda, especialmente, a necessidade de tributar o “1% mais rico”. Três meses após as jornadas, Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, afirma que existe uma dúvida sobre a capacidade do próximo governo de assegurar as conquistas sociais (LANGONI, 8.10.2014, p. B4). Ele entende que, qualquer que seja o governo, o ajuste da economia – ajuste fiscal, entre outras correções de desequilíbrios – deve ser realizado o mais rápido possível, pois, “postergar a correção de desequilíbrios aumenta o custo econômico, social e político de um ajuste”, diz ele. Se o desemprego baixo é um fator positivo, por outro lado, ele está gerando renda real acima da produtividade da economia. Enfim, a

análise de Langoni nos dá a entender que as políticas e programas sociais não se sustentam, se não vierem acompanhados do ajuste da economia, incluindo a solução de um grande problema, qual seja, o de “superar a desconfiança dos mercados” (*idem*).

Parece um beco sem saída, uma aporia – que a ciência econômica, a economia política e a política econômica não solucionam – a contradição entre os privilégios do capital e as necessidades dos trabalhadores, especialmente, na conjuntura de forte pressão da economia sobre a política, sob o regime “democrático” de coalizão de interesses de classes sociais antagônicas. Nesta coalizão, os trabalhadores se desmobilizam, a reboque do desmantelamento social que vem ocorrendo, há décadas, um desmanche de seus direitos, conquistas históricas e capacidade de luta. Nesta série de ensaios, não abordamos as opiniões e análises econômicas sobre os fatores internos e externos da desaceleração da economia, uma vez que o objetivo do estudo prioriza as fontes do debate centradas na viabilidade das políticas e programas sociais, sob os impactos econômicos que as colocam em risco. Tal objetivo tem em mira a experiência e o pensamento em torno da possibilidade de preservar e ampliar conquistas sociais, mesmo na conjuntura de desaceleração do crescimento ou recessão. Uma tendência do pensamento econômico, entre as “jornadas de junho”, debate essa possibilidade, no confronto entre interesses do capital e expectativas de crescimento, de um lado, e as crescentes expectativas de melhoria de renda e serviços sociais para os trabalhadores, de outro.

Iniciando o mês das jornadas de 2014, Freire faz um balanço do baixo crescimento econômico e das

expectativas dos serviços sociais, concluindo que, na ausência da elevação de impostos (receita fiscal), os cofres públicos estão dependendo da “compra” de benefícios sociais, contraindo mais dívida pública. Uma série de problemas vão além da medida do PIB. Um deles é o fato de que o governo tenha aceitado, “com gosto, a pressão do trem da ampliação de direitos sociais e econômicos, que partiu em 1988, acelerou sob FHC e desembestou sob Lula” (FREIRE, 01.06.2014, p. B6). PIB insuficiente para tanto consumo, inflação alta represada, o dólar por desvalorizar, cofres do governo ora esgotados, investimento baixo, são os problemas básicos, segundo Freire, ao confrontar as expectativas de crescimento com as expectativas de renda e serviços sociais. A contradição está entre a redução das expectativas de crescimento nos próximos anos e as crescentes expectativas de melhoria de distribuição de renda e serviços sociais que pressionam o Estado. Estas “não vão se resolver sem algum aumento da tensão social ou política, como já se vê desde 2013”, diz ele. Em sua avaliação, o próprio partido do governo, o PT, permaneceu indiferente à ideia de elevar os tributos sobre os mais ricos. Sem elevação de impostos (alíquotas), os cofres públicos sofrem limitações que obrigam o governo a “comprar” benefícios sociais, contraindo mais dívida pública: “comprou benefícios sociais com dívida pública também, pois não houve alta de impostos (alíquotas), menos ainda sobre os mais ricos” (*idem*). Em síntese, a análise de Freire dá a entender que a pressão da demanda dos necessitados de políticas e programas sociais vem sendo atendida pelo governo, porém, os crescentes gastos sociais não vêm acompanhados da contrapartida do crescimento e estão acarretando mais endividamento

público. A expansão dos gastos públicos ocorre antes que as expectativas de crescimento econômico se efetivem. O autor entende que o endividamento público, na insuficiência de receita fiscal e de crescimento, tem sido a medida utilizada pela política econômica do governo para manter os benefícios sociais. No regime de tributação, os mais ricos são poupados:

No que diz respeito ao Estado, havia muita demanda de benefício social e recusa social crescente de aceitar mais impostos (e mesmo indiferença do PT à ideia de tributar mais os ricos). No que diz respeito à economia, faltou PIB para tanto consumo. Sem receita fiscal e produção (“mais PIB”), apenas se consome mais por meio de mais dívida ou sacando contra o patrimônio.

O governo Dilma passou a “comprar” os frutos de um crescimento que não vinha. O fez por meio do aumento da dívida: gastando o que não tinha, tomando emprestado. (FREIRE, 01.06.2014, p. B6)

Outros autores pensam, diferentemente, que a dívida pública não é consequência dos gastos públicos. Ao contrário, é o pagamento dos juros – equivalentes a cerca de 30% das despesas! – que deteriora as condições sociais dos trabalhadores. O ponto de ruptura das políticas e programas sociais está associado às contradições do modelo de crescimento econômico e da política econômica, que se agravam com a desaceleração e a dívida externa, na conjuntura em que o arrocho para os trabalhadores faz parte do mesmo processo que beneficia o capital, com os juros da dívida pública.

Uma linha de opiniões e análises constata que impostos confiscatórios colocaram freios no capital rentista e

patrimonial, possibilitando a edificação do Estado de Bem-estar Social americano. Argumenta que a tributação do “1% mais rico” é uma necessidade, em defesa da democracia e da equidade, contra a atual concentração do capital que está, mundialmente, crescendo; que a democracia exige o controle do capital predador e sua pulsão de cobiça lucrativa sem limites.

“Tragédia”

A concorrência entre os capitais é uma lei draconiana que pune os menos competitivos e faz do empresário um especulador que marcha contra o próprio crescimento. Assim, a voracidade e necessidade de lucros os mais altos possíveis fazem dele um jogador, que persegue a cartada mais lucrativa, ao retirar lucros de seu capital produtivo e aplicá-los, sob outra forma, especulativa, mais convidativa e menos arriscada que a de seus próprios empreendimentos produtivos.

Os lucros retidos pelas empresas e destinados ao investimento produtivo são fundamentais para o crescimento presente e futuro. Porém, o capital é auto-referencial, procura fontes de valorização e interesses próprios, mesmo que isto implique em desacelerar o crescimento, impossibilitando os ganhos sociais que possam beneficiar todas as classes sociais em decorrência de um crescimento geral da produção e da riqueza. À ganância do capital corresponde o arrocho sobre os

trabalhadores, sacrificados pela compressão dos salários, o desemprego, a pobreza e a miséria.

Entre os artigos sobre a queda do crescimento e a movimentação de capitais, dois deles intitulam-se *Tragédia*. Escritos por Delfim Netto, tratam, respectivamente, das múltiplas causas da queda da produção industrial (08.05.2013) e da redução dos investimentos em empresas abertas não financeiras (21.05.2014). Neste segundo artigo, o autor aborda “um trabalho fundamental para o entendimento do que está acontecendo no cerne da economia brasileira”. Trata-se do estudo *Investimentos das Companhias Abertas e seu Financiamento no Período 2005 a 2013*, de Carlos Antônio Rocca e Lauro dos Santos Junior, do Centro de Estudos do Mercado de Capitais do Ibmecc (Cemec), “excelentes economistas”, segundo Delfim:

A tradição dos estudos dos ilustres professores é de ir à economia quantitativa realmente séria. Vão à “salsicha” para ver como ela é feita. Não se perdem nas receitas de como elas deveriam ser feitas, que tanto encantam os neoliberais e heterodoxos que infestam o cenário econômico nacional. (DELFIN NETTO, 21.05.2014, p. 2)

Entre 2011 e 2013, os lucros retidos, em empresas abertas não financeiras, entram em queda: caem de 3,3 para 0,5. O Quadro 1 ilustra o artigo de Delfim Netto:

Quadro 1
Investimento das companhias abertas
Período: 2005 a 2013

Editoria de arte/Folhapress

TAXA DE POUPANÇA X RETENÇÃO DE LUCROS



Fonte: Carlos A. Rocca e Lauro Modesto dos Santos Jr. "Investimento das companhias abertas e seu financiamento no período 2005 a 2013". CEMEC, 2014

É um retrocesso, uma tragédia, com graves conseqüências para o crescimento:

Estudos como esse são sempre sujeitos às “armadilhas” metodológicas que os autores identificam e procuram evitar. A conclusão mais importante é que “as empresas abertas não financeiras reduziram sua poupança e investimento de forma ainda mais acentuada que o conjunto das empresas não abertas”. E que, “em geral, optaram em reduzir os investimentos, manter a distribuição de dividendos, reduzir a participação de recursos próprios e aumentar suas dívidas para financiar os menores investimentos”, o que terá graves conseqüências sobre o crescimento futuro. O gráfico acima resume a tragédia. (DELIM NETTO, 21.05.2014, p. 2)

Isto significa retirada dos dividendos pelos investidores, redução de poupança

e investimentos em suas próprias empresas, na conjuntura em que o empresariado, pessimista, tenta responsabilizar a política econômica por impasses que, em grande parte, são criados pelo próprio empresariado nacional e mundial. Significa que a desaceleração do crescimento tem raízes no próprio capital.

O capital defende, para si, a ganância lucrativa; a redução da poupança e investimento, como a mencionada, acima; o recebimento de benefícios estatais de desoneração fiscal, empréstimos com juros baixos e perdões de dívidas com o fisco; a obtenção e concentração de riquezas, a qualquer custo, pela especulação financeira e informações privilegiadas (crimes, conforme a lei), entre muitos outros privilégios. Para a maioria – trabalhadores em geral – a lógica do capital exige o arrocho, poupança, corte

de gastos, medidas impopulares, em áreas de defesa da vida, em políticas e programas sociais de que dependem os mais vulneráveis que, sem tais benefícios, não sobrevivem.

Pobreza e miséria são estruturais

Quando retraem os investimentos, a desaceleração do crescimento tende, igualmente, a deprimir o mercado de trabalho e o montante de tributos arrecadados, emperrando as possibilidades de expansão dos programas sociais. Mesmo na prosperidade, aumenta a produção da pobreza e miséria, pois as raízes destas são estruturais. Que fundamento histórico existe, sob o capitalismo tardio, para a persistência da contradição entre, de um lado, o aumento da produção e da riqueza, e, de outro, a expansão da pobreza? A validade da tese marxiana sobre o empobrecimento dos trabalhadores não se aplica apenas ao período em que a consolidação do capitalismo se dava às custas de jornadas de trabalho de 16 horas. Sua validade persiste, hoje, no capitalismo tardio, com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho (produtividade) e da composição orgânica do capital. As flutuações violentas do número de trabalhadores empregados devem-se a uma escala ampliada “em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles”; por isso, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 1975, p. 732). Por esta lei do decréscimo progressivo da magnitude relativa do capital variável, a população trabalhadora é, ao mesmo tempo, de um lado, a alavanca da acumulação capitalista e condição de existência do

modo de produção capitalista, e, de outro, reservatório de população excedente, de desempregados, parcialmente empregados, em relação às necessidades do capital, e de uma grande massa de excluídos, definitivamente, da produção. Isto contrasta com o lento progresso da acumulação primitiva que, ao encontrar obstáculos naturais na população trabalhadora explorável, tinha que remover esses obstáculos, por medidas violentas. Hoje, o maior núcleo da violência reside na transformação de grande parte do “exército de reserva” em população, definitivamente, desqualificada e excluída do mercado de trabalho. O capitalismo tardio impõe o não trabalho para um grande contingente de “excluídos” e a desqualificação para outro grande contingente de trabalhadores. Além dos desqualificados para o trabalho, descartados dos benefícios da capacitação da força de trabalho, aumenta o contingente de cérebros, qualificados, na condição de força de trabalho excedente ou em trabalho precário. A oferta de qualificados vai se sobrepondo à demanda, segundo os critérios seletivos da “sociedade do conhecimento” e da *reengineering*. Inversamente, a sobra de vagas de trabalho resulta do descompasso entre a força de trabalho que o regime demanda e a força de trabalho que ele não capacita.

Mais repressiva que o corte de gastos sociais é a estrutura social de desemprego e miséria decorrente do modo de produção e que a política econômica não consegue solucionar, no Estado de direito. Os salários diretos e indiretos – entre estes, os benefícios proporcionados pelos programas sociais – são insuficientes para cobrir as necessidades básicas da reprodução da força de trabalho, principalmente, quando elas vêm acompanhadas de necessidades artificiais, inumanas,

supérfluas, criadas pelo aparato produtivo como forma de preservar e ampliar a taxa de lucro, na dita “sociedade de consumo”, “do lazer”, “do entretenimento”, “do espetáculo”. Por sua vez, a população excedente, dos ditos “excluídos”, pressiona os programas sociais. A pressão de empregados, desempregados e “excluídos” sobre os programas sociais tende a aumentar, à medida que a população cresce e os trabalhadores ficam mais pobres. Vice-versa, a pressão sobre os programas sociais tende a diminuir, quando melhoram as condições de vida proporcionadas pela manutenção e incremento do emprego e valorização dos salários. Há décadas que famílias de classes médias, atingidas pela proletarização, vêm retirando seus filhos das escolas particulares, encaminhando-os para o ensino público gratuito. Inversamente, a pressão social sobre o programa Bolsa Família poderia entrar em declínio, com a melhoria significativa do nível de emprego e salários. No entanto, cerca de 70% da população brasileira ainda está submetida a salários inferiores a dois salários mínimos e a população descartável para o trabalho está aumentando, mundialmente, por força do aumento da produtividade e acumulação do capital.

O que a estrutura produtiva gera, em pobreza e miséria, o Estado democrático tenta administrar e minimizar. A democracia é reduzida a administradora do “espírito animal” do mercado. As políticas públicas podem contornar a miséria gerada pela estrutura produtiva, porém, não têm condições e forças suficientes para estancar a fonte da miséria, qual seja, a expropriação da força de trabalho, espinha dorsal da economia de mercado. As políticas públicas, entre elas a política econômica, não eliminam o desemprego e a pobreza,

uma vez que estes são estruturais, gerados e ampliados pela composição orgânica do capital com tendência crescente a expulsar força de trabalho, substituindo-a por tecnologia.

A nova “matriz econômica” do governo apresenta-se como projeto direcionado para a preservação e valorização dos salários e do emprego e para a eliminação da miséria, através dos programas sociais, mesmo que a conjuntura econômica esteja em ritmo de desaceleração do crescimento. Na conjuntura de retração da indústria e de alta da inflação, a miséria absoluta não está aumentando. Ao contrário, o número de indigentes/miseráveis vem caindo, expressivamente, mantendo a tendência iniciada em 2003: o número de miseráveis, no país, cai de 26,2 milhões, em 2003, para 10,1 milhões, em 2012, segundo o IPEA (Quadro 3). Em outro cálculo, também do IPEA, considerando os brasileiros **extremamente** pobres, o número cai de 14,9 milhões, em 2002, para 6,5 milhões, em 2012. São 8,4 milhões de pessoas que “deixaram de ser miseráveis”, no período de 2002 a 2012 (Quadro 4).

Por maior que seja o desencontro de dados de diversos levantamentos, é enorme o contingente de indigentes/miseráveis dependentes dos programas sociais governamentais, sem os quais, ainda estariam na linha da miséria. As linhas da pobreza e miséria são cifras que englobam mais de 15% da população do país: de 2003 a 2011, 36 milhões de pessoas foram retiradas da miséria, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (Quadro 2). Desse contingente, em 2011, sob o governo Dilma, 22 milhões de pessoas estavam sendo retiradas da miséria, na condição de beneficiárias dos programas sociais. “22 milhões de beneficiários abaixo da linha de miséria” estavam

sendo atendidos pelos programas Bolsa Família, Brasil Sem Miséria e Brasil Carinhoso, segundo o Ministério (Quadro 2), enquanto o levantamento do IPEA apresenta um número bem menor: 10,1 milhões de miseráveis, em 2012 (Quadro3). Os levantamentos do Ministério e do IPEA têm resultados diferentes, porque as metodologias são diferenciadas.

No Quadro 2, entende-se, segundo Patu, que o balanço dos programas de erradicação da miséria, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, esteja baseado em uma “subtração hipotética dos benefícios” (PATU, 12.06.2014, p. 15), o que estende a 36 milhões o número de pessoas beneficiárias do Bolsa Família que “deixaram de ser miseráveis”, no período de 2003 a 2011. Em 2011, estão incluídas, nesse conjunto, 2,5 milhões de pessoas previstas para serem atendidas, além dos 22 milhões de beneficiários, em atendimento, nos programas Bolsa Família, Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Os beneficiários estavam, assim, distribuídos:

Beneficiários dos programas sociais, em 2011

13,9 milhões, atendidos pelo Bolsa Família;

3,1 milhões, atendidos pelo Brasil sem Miséria;

16,5 milhões, atendidos pelo Brasil Carinhoso.

Passados três anos, por ocasião das “jornadas de junho” de 2014, esse grupo de 22 milhões de beneficiários já se encontra fora da **extrema** pobreza, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social:

"Em 2011, havia 36 milhões de pessoas, beneficiárias do Bolsa Família, que estariam na miséria

caso sobrevivessem apenas com sua renda familiar”, segundo afirma um balanço do programa Brasil Sem Miséria.

A cifra, portanto, saiu de uma subtração hipotética dos benefícios do programa Bolsa Família da renda de sua clientela em um determinado momento – e não da comparação entre a quantidade de miseráveis antes e depois do programa.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, ainda restavam, naquele ano, 22 milhões de beneficiários abaixo da linha de miséria. Com o Brasil Sem Miséria e o Brasil Carinhoso, que, na prática, são ampliações da ação do Bolsa Família, esse grupo deixou a extrema pobreza, diz o governo federal. (PATU, 12.06.2014, p. 15)

O Palácio do Planalto e o Ministério do Desenvolvimento Social defenderam o critério utilizado, no levantamento, argumentando que seus dados foram retirados do cadastro único utilizado nas políticas de assistência, no qual estão registrados os brasileiros de baixa renda. O cálculo seguiu o parâmetro da maioria das estatísticas oficiais: renda mensal de R\$70,00, considerando a linha de miséria adotada pelo Bolsa Família (em maio de 2014, a linha da miséria foi reajustada de R\$70 para R\$77 *per capita* e a da pobreza, de R\$140 para R\$154). No entanto, o Quadro 3, com dados do IPEA, indica que a população de miseráveis caiu de 26,2 milhões, em 2003, para 10,1 milhões, em 2012. O Quadro 4, também do IPEA, acusa 14,9 milhões de miseráveis, em 2002, e 6,5 milhões, em 2012.

O Palácio do Planalto e o Ministério do Desenvolvimento Social não contestam as conclusões do IPEA, uma vez que há procedimentos diferenciados entre as duas metodologias: a metodologia do Ministério baseia-se no cadastro único

das políticas de assistência e a do IPEA, na pesquisa por amostra de domicílios realizada pelo IBGE.

De acordo com a mensagem enviada pelo governo, diz Patu, as pesquisas do IBGE captam a pobreza "em um ponto determinado do tempo", enquanto o cadastro único mensura "o contingente

daqueles que estão ou estarão na pobreza em um determinado intervalo de tempo". "O cadastro é a única fonte que, além de mensurar, permite ao poder público agir para a redução da pobreza, nas várias dimensões em que ela se manifesta", diz o texto do ministério (PATU, 12.06.2014, p. 15).

Quadro 2

Redução do número de pessoas que deixaram de ser miseráveis, segundo o governo federal

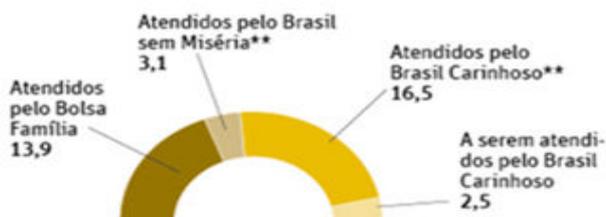
SEGUNDO O GOVERNO FEDERAL



36 milhões

de pessoas, desde o início do governo do PT

Milhões de brasileiros na miséria em 2011, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social

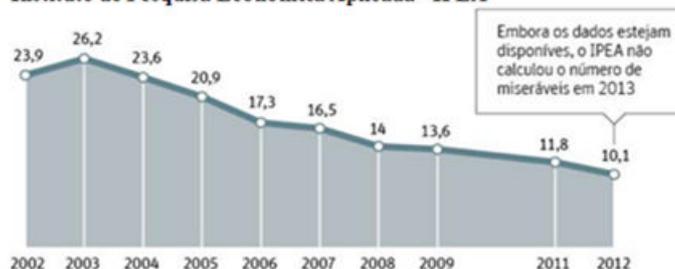


** Ampliação do Bolsa Família

Fonte: Folha de São Paulo, 12.06.2014, Poder, p. A5

Quadro 3

Evolução do número de miseráveis, segundo cálculo alternativo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA



Embora os dados estejam disponíveis, o IPEA não calculou o número de miseráveis em 2013

O cálculo alternativo do IPEA utiliza linhas de miséria regionalizadas, que variam entre R\$ 73,35 e R\$124,96 (valores de 2009).

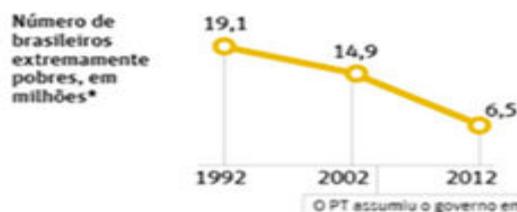
Fonte: Folha de São Paulo, 11.10.2014, p. A4

Quadro 4**Redução do número de pessoas que deixaram a extrema pobreza, segundo o IPEA**

SEGUNDO O IPEA

**8,4 milhões**

de pessoas nos dez primeiros anos do governo do PT, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



* Considerando a linha de miséria adotada pela Bolsa Família (R\$70,00 mensais) corrigida pela inflação
 Fonte: Folha de São Paulo, 12.06.2014, Poder, p. A5

Conclusão

É irrisório o gasto social destinado à miséria e pobreza, quando comparado com o serviço da dívida pública, juros impagáveis em curto prazo e quitados em valores anuais de cerca de 250 bilhões de reais.

Em 2013, os programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC, pago a idosos ou deficientes com renda inferior a um quarto de salário mínimo, despenderam R\$62 bilhões, no atendimento a 18 milhões de beneficiários, enquanto foram pagos R\$249 bilhões de juros da dívida pública!!! Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, os gastos dos referidos programas equivalem a 7% das despesas do governo, excluindo encargos (AMORA, 11.09.2014, p. A11). Contra os 7% das despesas do governo com o Bolsa Família e o BPC, os R\$249 bilhões de juros da dívida pública equivalem a cerca de 28% das referidas despesas. Uma tragédia!

No próximo ensaio, o foco de nossa atenção é o tripé da economia, tema que divide as opiniões e análises, quando

entram em questão a distribuição da renda e o crescimento econômico. Medida normativa de estratégias de equilíbrio e crescimento, a teoria do tripé escamoteia a estrutura da exploração da força de trabalho e a subordinação da sociedade a uma nova forma de colonização. Entre as variantes de opiniões e análises da crítica da economia política, estão a defesa da ampliação dos gastos sociais, a eliminação do superávit primário destinado a pagar juros e a destinação do déficit primário para fins sociais, segundo a tese de que não são os déficits fiscais que provocam o endividamento público. São os juros da dívida que – engordando o capital rentista e colonizando o país – geram os déficits fiscais e, conseqüentemente, a deterioração das políticas e programas sociais voltados para a miséria, pobreza e carências dos trabalhadores.

Referências

AMORA, Dimmi. TCU vê defasagem em dado sobre pobreza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 2014, Poder, p. A11. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/185133-tcu-ve-defasagem-em-dado-sobre-pobreza.shtml>. Acesso em 15 set. 2014.

DELFINO NETTO, Antônio. Tragédia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2014, Opinião, p. A2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2014/05/1457524-tragedia.shtml>. Acesso em: 21 mai. 2014

FREIRE, Vinicius Torres. “O ambiente não está bom”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2014, Mercado, p. B4. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2014/05/1457475-o-ambiente-nao-esta-bom.shtml>. Acesso em: 21 mai. 2014.

_____. Dilma 1: fim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º jun. 2014, Mercado, p. B6. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2014/06/1463173-dilma-1-fim.shtml>. Acesso em: 3 jun. 2014.

MAGALHÃES, João Carlos e PATU, Gustavo. Miséria para de cair pela 1ª vez em governo petista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 out. 2014, Poder, p. A4. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530902-miseria-para-de-cair-pela-1-vez-em-governo-petista.shtml>. Acesso em: 11 out. 2014.

MARCUSE, Herbert. *Liberation from the affluent society* (1967, lecture in London). In COOPER, David (ed.). *The Dialectics of*

liberation. Harmondsworth/Baltimore: Penguin, 1968, pp. 175-192. Disponível em: <http://www.marcuse.org/herbert/pubs/60spubs/67dialecticlib/67LibFromAfflSociety.htm>. Acesso em: 7 jul. 2012.

_____. Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico: interpretação dos recém-publicados *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx. In **Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 9-55.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva. In **O Capital. Crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 1, vol. 2, 1975, pp. 730-742.

MIOU, Ricardo. Viva o ócio brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2014, Mercado, p. B4. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/166921-viva-o-ocio-brasileiro.shtml>. Acesso em: 21 mai. 2014.

PATU, Gustavo. Dilma infla dado sobre diminuição da miséria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2014, Poder, p. A15. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1469015-segundo-ipea-dilma-inflou-dado-sobre-diminuicao-da-miseria.shtml>. Acesso em 21 jun 2014.

Recebido em 2014-11-05
Publicado em 2014-11-07